

Deliberação nº 10/82 – 2ª Câmara

Aprovada em 10.02.82 – Processo nº 808/81

Interessado: Três Pontas Edições Musicais Ltda.

Assunto: Solicita autorização do ECAD para os autores Milton Nascimento, Fernando Brant, Ronaldo Bastos e Márcio Borges receberem direitos autorais na (SADAIC)

Relator: Conselheiro Cláudio de S. Amaral.

#### EMENTA:

Os titulares de direitos diretamente filiados ao ECAD, na forma do artigo 4º, § 6º, da Resolução CNDA Nº 21/80, podem celebrar contratos para arrecadação de execução pública de suas obras no estrangeiro, independentemente de autorização daquele Escritório, respeitadas as condições dos contratos que hajam firmado com editores ou cessionários.

#### I – Relatório

Inicia-se o presente processo com cópia da carta da empresa Três Pontas Edições Musicais Ltda., dirigida em 08.06.81 ao então Sr. Interventor do CNDA no ECAD, solicitando autorização daquele Escritório para receber diretamente da sociedade argentina SADAIC, os proventos da execução pública naquela república irmã.

À fls. 2 encontra-se a informação da ASTEC.

Processo distribuído a este relator, em 18.11.81.

#### II – Análise

Causa espécie que uma editora musical, empresa que supostamente deveria ter um conhecimento satisfatório da legislação nacional, formule petição inepta. Como é notório, a Editora Três Pontas optou por filiar-se diretamente ao ECAD.

Ora, o ECAD cuida exclusivamente, por força de lei, da arrecadação dos direitos autorais de execução pública no território nacional.

Como a territorialidade da lei brasileira se circunscreve às fronteiras pátrias, nenhuma ingerência cabe ao ECAD sobre o que ocorra além das mesmas, descabendo-lhe, pois, autorizar ou proibir quaisquer negócios jurídicos extraterritoriais.

Por conseguinte, pode a Editora Três Pontas celebrar em território estrangeiro, se assim entende, quaisquer contratos de seu interesse, inclusive relativos à

execução pública das obras que administra independentemente de consultas ou de autorizações do ECAD, tudo dependendo dos termos do contrato que haja firmado com o autor.

### **III – Voto**

Entendo ser dispensável a manifestação do ECAD, para que os filiados diretos realizem, individualmente, cobranças no exterior através de associações locais.

Cláudio de Souza Amaral  
Conselheiro

### **IV – Decisão da Câmara**

O Conselheiro José Pereira acompanhou o voto do Relator, abstendo-se de votar o Conselheiro Henry Jessen.

Brasília-DF, em 10.02.82

José Pereira  
Conselheiro

Henry Jessen  
Conselheiro

D.O.U. 17.03.82 – Seção I – pág. 4.645